



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I do Edital

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição material de consumo (CAMISETAS PERSONALIZADAS), doravante denominados apenas como materiais, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, para atender as necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.
2. A aquisição dos materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II - DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1. Diante da necessidade e da importância de uniformização e identificação dos servidores e colaboradores no ambiente corporativo, quando da realização das ações institucionais deste Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, tais como cadastramento biométrico dos eleitores, visitação em escolas, além das próprias Eleições, sejam elas suplementares ou regulares, mostrou-se necessária a aquisição de camisetas a serem confeccionadas conforme layout em anexo e nas especificações adiante descritas.

CAPÍTULO III - DA ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS

1. A descrição do material, condições para a entrega e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados a seguir:

1.1. CARACTERÍSTICAS:	
Cores	ITEM 1 - CAMISETA AZUL (correspondente à referência 533 da escala pantone) ITEM 2 - CAMISETA BRANCA
Tecido	ITEM 1 - CAMISETA AZUL: Poliviscose /MALHA PV, com a seguinte composição: poliéster (entre 65% e 67%) e viscose (entre 33% e 35%). ITEM 2 - CAMISETA BRANCA: 100% algodão, FIO 30, com acabamento "penteado".
Frente	Serigrafia em 4 cores
Costas	Serigrafia em 1 cor (branco) no Item 1 Serigrafia em 1 cor (correspondente à referência 533 da escala pantone) no Item 2
Lateral	A serigrafia do brasão na lateral deverá apresentar junção, sem falhas, do desenho da frente com o das costas e deverá ser da mesma cor da serigrafia das costas. <u>Não deverá haver costura na lateral que receberá a serigrafia do brasão.</u>
Gola	Redonda com viés no mesmo tecido
Costura	Dupla na gola, barra e mangas (sem costura na lateral com a serigrafia do brasão)

1.2. MEDIDAS:							
TAMANHO	P	M	G	XG	XXG	EXG	ESPECIAL
Comprimento	68 a 68,5cm	70 a 70,5cm	74 a 74,5cm	77 a 77,5cm	80 a 80,5cm	83 a 83,5cm	90 a 90,5cm
Manga	20,5 a 21cm	21,5 a 22cm	22,5 a 23cm	23,5 a 24cm	24,5 a 25cm	25,5 a 26cm	27,5 a 28cm
Largura	48 a 48,5cm	51 a 51,5cm	54 a 54,5cm	57 a 57,5cm	60 a 60,5 cm	63 a 63,5cm	90 a 90,5cm

Modelos (*imagens meramente ilustrativas)

Item 1: Camiseta Azul



Item 2: Camiseta Branca:



1.3. QUANTIDADES POR TAMANHO/COR:

TAMANHO	QUANTIDADE POR COR
P	216
M	352
G	262
XG	122
XXG	30
EXG	16
ESPECIAL	02
TOTAL POR COR	<i>Item 1 - 1.000 unidades na cor azul Item 2 - 1.000 unidades na cor branca</i>

1.4. PREÇO MÁXIMO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALOR MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR TOTAL
1	CAMISETA AZUL: poliéster (entre 65% e 67%) e viscose (entre 33% e 35%).	1.000	Unidade	19,79	19.790,00	R\$ 10,00
2	CAMISETA BRANCA (100% algodão, Fio 30, penteado)	1.000	Unidade	20,35	20.350,00	R\$ 10,00

1.5. O layout/arte final, tamanhos e quantidades a serem fornecidas, serão encaminhados à(s) empresa(s) vencedora(s), em arquivo digital, quando da Requisição de Fornecimento.

1.6. Todos os materiais deverão possuir etiquetas contendo as informações exigidas nos termos da Resolução nº 06 de 19 de dezembro de 2005, do Conselho nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – CONMETRO.

2. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas referentes ao fornecimento, inclusive as despesas necessárias ao envio de amostras.

3. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

CAPÍTULO IV – DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

1. É de responsabilidade da licitante que vier a ser contratada, adotar, na produção e no fornecimento das camisetas, no que couber, as práticas de sustentabilidade constantes do Decreto 7.746/2012 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro 2010, Art. 5º e seus incisos, e ainda:

1.1. fornecer as camisetas, acondicionados em embalagem individual adequada, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, com o menor volume possível, que utilize materiais reciclados e/ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;

1.2. as camisetas não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

1.3. A empresa vencedora não deve possuir em sua cadeia de produção empresas que explorem o trabalho infantil, bem como empresas que explorem o trabalho escravo (não devem possuir inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/201650).

2. A comprovação da conformidade com o presente Capítulo se dará por meio de DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE a ser apresentada pela licitante junto com a proposta comercial (conforme modelo de declaração constante no Anexo II).

CAPÍTULO V – DA AMOSTRA E TESTES

1. Para fins de aceitação da proposta, será exigida da licitante ofertante do menor preço a apresentação de amostra da camiseta, para a verificação das especificações licitadas.

1.1. A amostra do material deverá ser entregue diretamente à Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, na sede do TRE, sita na Des. Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS - Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79.037-100.

2. Serão solicitadas as provas (amostras) de camisetas do Item 1 (azul) e do Item 2 (branca), nos seguintes quantitativos:

2.1. Item 1 - duas unidades: sendo uma unidade no tamanho M (70 x 21,5 x 51cm) e uma unidade no tamanho XG (77 x 23,5 x 57cm); e

2.2. Item 2 - duas unidades: sendo uma unidade no tamanho M (70 x 21,5 x 51cm) e uma unidade no tamanho XG (77 x 23,5 x 57cm)

3. As provas (amostras) deverão ser confeccionadas de acordo com as características indicadas na descrição do item (cláusula 1 do Capítulo III do Termo de Referência), de modo a possibilitar a análise da cor, medidas, serigrafia e tecido empregado.

4. A arte/layout a ser utilizada na serigrafia da amostra a ser enviada consta disponível no site do TRE/MS na internet, junto aos arquivos referentes ao instrumento convocatório.

5. O prazo para fornecimento das amostras será 15 dias corridos, a partir da convocação realizada pelo Pregoeiro durante a sessão pública, via chat.

6. A Assessoria de Comunicação Social analisará a amostra encaminhada no prazo de 01 (um) dia útil.

6.1. Sendo aprovada a amostra, restará ACEITA a proposta da empresa. Caso haja a reprovação, a proposta será RECUSADA, ocasião em que passará a ser analisada proposta da próxima licitante, respeitada a ordem de classificação.

7. Do resultado das análises serão emitidos RELATÓRIOS DE ANÁLISE TÉCNICA, sendo divulgados no site do Tribunal na página: www.tre-ms.jus.br.

8. As empresas deverão retirar os materiais enviados como amostras diretamente na Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, sito na Rua Desembargador Leão Neto do

Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais.

8.1. Os custos com a retirada das amostras ficarão a cargo da licitante.

8.2. Caso a retirada não ocorra no prazo indicado na cláusula 8, o TRE/MS dará as amostras o destino que entender pertinente.

CAPÍTULO VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. A Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial – ASCOM somente aceitará materiais que atendam a todas as especificações constantes deste Termo de Referência, e que sejam RIGOROSAMENTE idênticos ao da amostra apresentada na fase de aceitação da sessão pública (respeitada a variação dos tamanhos das camisetas indicados na requisição).

2. O prazo máximo da entrega do material será de **30 (trinta) dias**, contados da solicitação, contados do recebimento da Nota de empenho.

2.1. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

4. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

4.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

6. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega, bem como ao ressarcimento dos eventuais danos sofridos pelo TRE/MS decorrentes da falta dos materiais para as atividades institucionais, principalmente das eleições vindouras.

CAPÍTULO VII – DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. Os materiais deverão ser entregues diretamente à Seção de Patrimônio e Almoxarifado, sita na rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 – Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79.037-106, Campo Grande/MS, no horário de 12h às 18h, de segunda à sexta-feira. Telefones para contato: (67) 2107-7207 e (67) 2107-7080.

2. O recebimento provisório será efetuado pela Assessoria de Comunicação e Cerimonial, no momento da entrega dos materiais, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações: a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens; b) condições da embalagem e/ou do material; c) quantidade entregue; d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

3. Atendidas as condições indicadas na cláusula acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

3.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

4. O recebimento definitivo será realizado pelo fiscal e deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo: a) verificação da qualidade do material; b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência, com a amostra previamente apresentada e constantes da proposta da empresa fornecedora; c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

5. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

5.1. Ao prazo previsto nesta cláusula, aplica-se o disposto nas cláusulas 4 a 6 do Capítulo VI.

6. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.
7. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.
8. O TRE/MS providenciará a guarda dos materiais entregues em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

8.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirados os materiais pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

CAPÍTULO VIII – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação dos materiais fornecidos, conforme a discriminação da Nota de Empenho, a quantidade e os preços unitários e total.
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF no 1.244/2012, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO IX – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o recebimento definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365$ $I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO X – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias

úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

a) de 0,5% (meio por cento), sobre o valor total da contratação, referente ao item e por dia de atraso na entrega, superior a 5 dias, contada desde o primeiro dia de atraso até o 20 (vigésimo) dia. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, o percentual passa a ser de 1% (um por cento) por dia de atraso e limitado ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, por ocorrência, por atraso no cumprimento dos prazos para encaminhamento de amostra do material, caso não haja justificativa plausível aceita pela Administração;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, por ocorrência, por falha ou defeito no fornecimento do material não solucionado, após devida notificação pela fiscalização;

d) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, por ocorrência, no caso de não emissão de documento fiscal hábil para pagamento;

e) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

f) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação se a fornecedora negar-se a fornecer os materiais, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições desta contratação, levar o TRE/MS ao cancelamento da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou recusar receber Nota de Empenho;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

CAPÍTULO XI - DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

1.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

2. Caberá à fiscalização:

- a) requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;
- b) enviar a arte final para a apresentação da prova da camiseta;
- c) analisar e aprovar a prova da camiseta;
- d) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, solicitando a imediata correção por parte da contratada;
- e) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.
- f) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços/fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;
- g) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- h) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO XII - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.

2. Colocar à disposição da empresa todas as informações necessárias à entrega do material.

3. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

4. Conferir o material fornecido, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

5. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

6. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

CAPÍTULO XIII - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA(S) CONTRATADA(S)

1. Realizar a entrega dos materiais decorrentes desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao material, sendo de inteira responsabilidade do licitante vencedor a contratação de funcionários necessários à sua perfeita execução.
4. O fornecedor fica, nos termos do §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
5. Receber os valores que lhe forem devidos pela entrega dos materiais, na forma disposta neste Termo de Referência.
6. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
7. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
8. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 - 8.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).
9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 07/02/2022, às 15:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1152083** e o código CRC **25865E01**.